

**ESCOLA ATIVA**

---

# Projeto Base





**ESCOLA ATIVA**

---

# Projeto Base

2ª edição | Brasília-DF  
2010



EQUIPE EDITORIAL

Armênio Bello Schimdt  
Eliane Alves de Melo  
Eliete Ávila Wolff  
Ivanilde Oliveira de Castro  
Rosimar da Silva Feitosa Soares Costa  
Sisley Cíntia Lopes Rocha  
Viviane Costa Moreira  
Wanessa Zavareze Sechim

ASSESSORIA PEDAGÓGICA

Eliane Alves de Melo  
Eliete Ávila Wolff  
Ivanilde Oliveira de Castro  
Rosimar da Silva Feitosa Soares Costa  
Sisley Cíntia Lopes Rocha  
Viviane Costa Moreira

PROJETO GRÁFICO e DIAGRAMAÇÃO

André Carvalho & Iluminura Design

REVISÃO

Denise Goulart

APOIO



DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
CENTRO DE INFORMAÇÃO E BIBLIOTECA EM EDUCAÇÃO (CIBEC)

---

Projeto base / – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada,  
Alfabetização e Diversidade, 2010.

44 p. : il. -- (Programa Escola Ativa)

I. Educação no campo. 2. Programa Escola Ativa. I. Brasil. Ministério da Educação,  
Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. II. Série.

ISBN: 978-85-7994-018-7

CDU 373.3(1-22)

---

Coordenação Geral de Educação do Campo – CGEC/SECAD/MEC  
SGAS Quadra 607, Lote 50, sala 104  
CEP: 70.200-670 – Brasília - DF  
(61) 2022- 9011  
coordenacaodocampo@mec.gov.br



# Apresentação



O Ministério da Educação, por meio da Coordenação Geral de Educação do Campo/SECAD, apresenta o Projeto Político Pedagógico do Programa Escola Ativa. O objetivo deste material é estabelecer as bases e os fundamentos do Programa para orientar a sua implantação em novas escolas assim como possibilitar seu aperfeiçoamento em escolas com classes multisseriadas que já desenvolvem o Programa, preparando educadores e gestores para atuar na realidade da Educação do Campo. O material tem, também, como propósito, orientar a prática do educador no sentido de uma compreensão mais ampliada da escola e dos processos de ensino e aprendizagem, com vistas à consolidação de uma política pública apoiada na rica história de organização dos povos do campo.

As escolas com classes multisseriadas, de acordo com o censo escolar de 2008, correspondem a 56,45% das escolas do campo, no entanto, suas limitações em termos de infra-estrutura e no que diz respeito à formação específica dos educadores para atuar com esta forma de organização escolar têm gerado um crescente debate. Neste sentido,

abriram-se novas perspectivas para as classes multisseriadas pensadas a partir de outra organização do trabalho pedagógico e outra relação entre disciplinas, séries, educandos/as e educadores/as.

O Programa Escola Ativa, que completou dez anos de sua implementação no ano de 2007 e que chegou a atender mais dez mil escolas nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-oeste, demandou uma avaliação da experiência vivenciada neste período. A avaliação foi realizada pela equipe de pesquisadores da UFPA-Universidade Federal do Pará, com o apoio da Coordenação Geral de Educação do Campo/SECAD.

A pesquisa, cujo objetivo foi identificar as práticas e ressignificações constituídas na atuação de educadores e técnicos junto ao Programa, realizou-se por meio de metodologias e técnicas quantitativas e qualitativas. Ao mesmo tempo e de forma articulada, a equipe de técnicos, especialistas e consultores trabalharam intensamente para elaborar o Caderno de Orientações Pedagógicas do Educador e os materiais didáticos para o trabalho com os educandos em sala de aula. O processo de reformulação, que se fez a partir dos resultados da pesquisa realizada pela UFPA, incorpora, ainda, pareceres dos Coordenadores Estaduais de Educação do Campo e do Programa Escola Ativa.

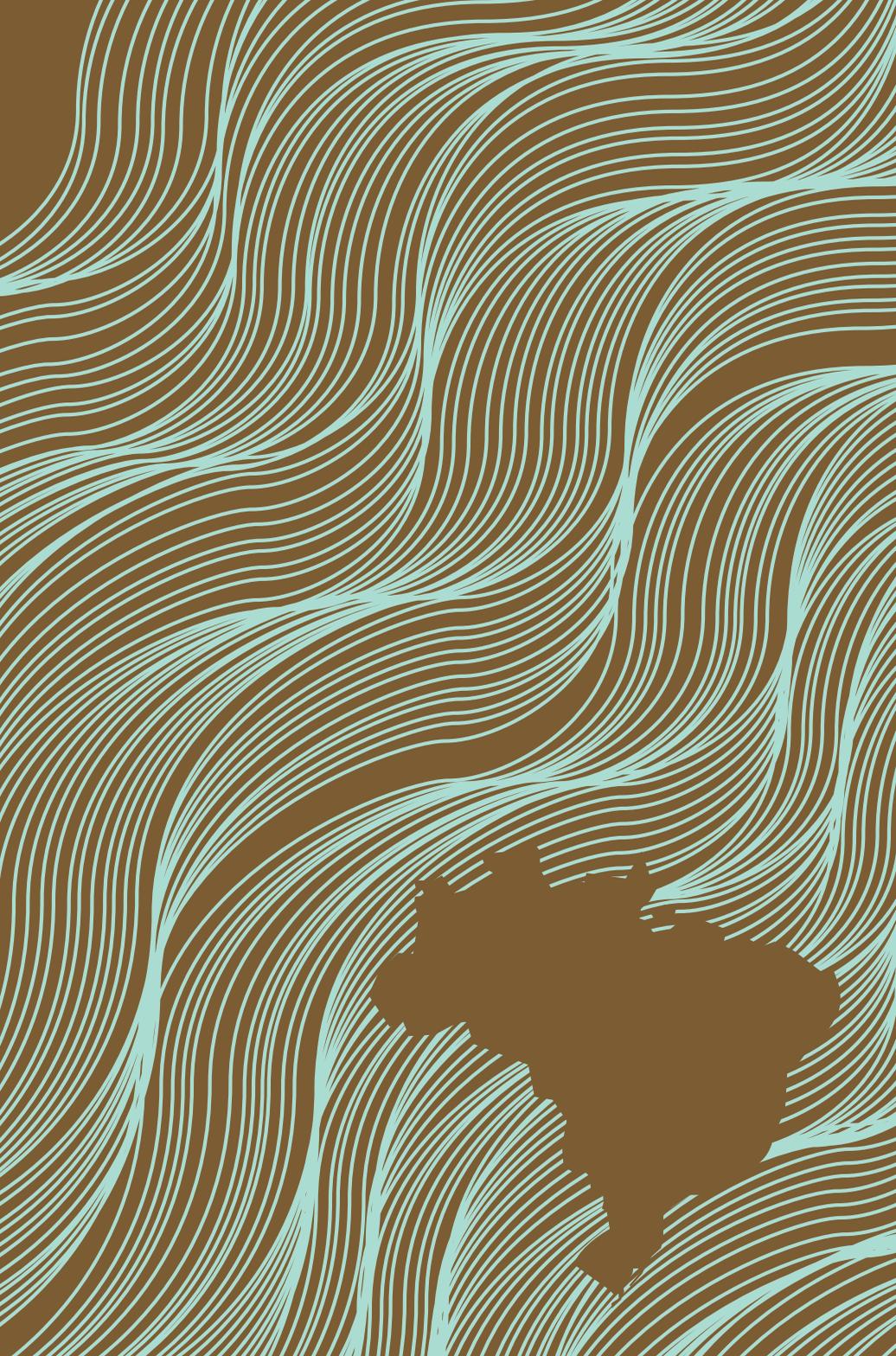
Todo o processo de reformulação explora novos limites e tem como referência a prática de uma educação integrada com o ser humano que vive e trabalha no campo. A revisão do Programa procura ainda contemplar novos conteúdos e metodologias, assim como aprofundar o debate sobre as classes multisseriadas do campo.

Todo o processo se dá à luz das concepções apresentadas nas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo - Resolução CNE/CEB nº 1 de 03 de abril de 2002 e das Diretrizes Complementares Normas e Princípios para o Desenvolvimento de Políticas Públicas de Atendimento à Educação Básica do Campo - Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008.

As classes multisseriadas nos desafiam a repensar a escola, suas disciplinas, séries, conteúdos e avaliações. Neste sentido, este Programa se apresenta como mais um passo no avanço histórico de construção de uma proposta para classes multisseriadas, que certamente não termina por aqui e é responsabilidade de todos.

# Sumário

	Apresentação	6
1	Educação do Campo e Classes Multisseriadas: breve diagnóstico	11
2	Histórico do Programa Escola Ativa	13
3	O Programa Escola Ativa: fundamentos	17
4	O Programa Escola Ativa: finalidades	22
5	Aspectos Legais	25
6	Elementos Estruturantes da Metodologia do Programa Escola Ativa	30
7	Objetivos do Programa Escola Ativa	36
8	Metas Físicas do Programa Escola Ativa 2007-2010	37
9	Público	37
10	Formação Continuada	38
11	Microcentros	43
12	Material Didático e Pedagógico	44
13	Estrutura Operacional do Programa	46





# 1 Educação do Campo e Classes Multisseriadas: breve diagnóstico

A Educação do Campo vem apresentando, historicamente, desigualdades sociais, o que se constitui em um entrave para que os povos do campo tenham acesso a uma educação pública de qualidade, como direito. O Censo Escolar de 2009 indica a existência de 5.999.179 matrículas no ensino regular nas escolas de educação básica situadas no campo. Do total da matrícula, 4.863.574 (81%) diz respeito ao Ensino Fundamental, 882.826 (14,7%) à Educação Infantil e apenas 252.779 (4,3%) ao Ensino Médio.

Dentre os educandos do Ensino Fundamental, 3.295.399 (76,3%) estão matriculados nos anos iniciais, em que se concentram as classes multisseriadas. Percebe-se, então, que quanto mais se eleva o nível de ensino, menor é o atendimento escolar das pessoas do campo no próprio campo.

No que se refere à escolaridade da população, enquanto na zona urbana a população de 15 anos ou mais apresenta uma escolaridade média de 7,9 anos, na zona rural esta média corresponde a apenas 4,6 anos.

A precariedade da educação oferecida às populações do campo se apresenta de forma mais visível nas escolas com turmas multisseriadas, que se constituem a maioria das escolas do campo, uma vez que são escolas com um pequeno número de estudantes, situadas em localidades pouco populosas. Entretanto, o contingente de estudantes nestas escolas representa uma quantidade expressiva de pessoas que merecem e tem direito a um atendimento escolar de qualidade. O Censo Escolar 2008 apontou a existência de mais de 48 mil estabelecimentos de ensino nas áreas rurais com organização exclusivamente multisseriada,

## 12 Programa Escola Ativa

com uma matrícula de 1,3 milhão de estudantes, configurando uma urgente necessidade de apoio técnico e financeiro por parte da União, Estados e Municípios.

Atualmente o Programa Escola Ativa está presente em 39.732 escolas, segundo dados do SIMEC quanto à adesão ao Programa para o ano de 2010. O propósito da Coordenação Geral de Educação do Campo-CGEC/SECAD/ MEC é possibilitar o acesso a este Programa, com seus recursos de natureza pedagógica, para todas as escolas que assim desejarem e seguir no aprimoramento dessa tecnologia educacional destinada a auxiliar o trabalho de educadores(as) que atuam com classes multisseriadas.

## 2 Histórico do Programa Escola Ativa

O Modelo da Escola Nova chegou ao Brasil na década de 1920, influenciando um importante movimento social e político no âmbito da educação. Envolveram-se neste movimento intelectuais como Anísio Teixeira, influenciado pelas idéias de John Dewey (pragmatista estadunidense), Fernando de Azevedo e Lauro de Oliveira Lima, como afirma Cury (1988).

O Escolanovismo influenciou as leis educacionais das décadas seguintes e somou-se ao contexto de crítica do sistema tradicional, que precisava ser democratizado em termos de acesso e ser modificado em termos de método. Sua presença cumpriu um papel histórico na superação do modelo tradicional de escolarização presente no início do século e marcou a mentalidade de uma época.

Na década de 1970, ainda, o Escolanovismo orientou a proposta formulada na Colômbia do Programa Escuela Nueva, criado para atender as classes multisseriadas. O programa estava dirigido ao atendimento das regiões com baixa densidade populacional, principalmente as regiões rurais que apresentavam também os problemas de baixa qualidade educacional.

O Boletim de Educação da OREALC – Oficina Regional de Educación para América Latina y Caribe – de julho-dezembro de 1968 informava que Alejandro Covarrubias e Santiago Hernández Ruiz promoveram a experimentação de escolas multisseriadas em doze países latino-americanos (Escola Ativa, 1999).

As escolas multisseriadas eram consideradas como resquício de um período em extinção em decorrência do processo acelerado de urbanização. Os espaços do campo, comumente negligenciado por políticas públicas e atendido apenas por políticas compensatórias, recebe um programa que procura auxiliar o trabalho do educador.

Segundo o documento “Diretrizes para Implantação e Implementação da Estratégia Metodológica Escola Ativa” (Brasília, 2005, p. 12-14), publicado pelo MEC/FNDE/FUNDESCOLA, em maio de 1996, um grupo de técnicos da Direção-Geral do Projeto Nordeste (Projeto Educação Básica para o Nordeste), projeto do Ministério da Educação, e técnicos dos estados de Minas Gerais e Maranhão foram convidados pelo Banco Mundial a participarem, na Colômbia, de um curso sobre a estratégia “Escuela Nueva-Escuela Activa”, desenhada por um grupo de educadores colombianos que, há mais de 20 anos, atuavam com classes multisseriadas daquele país.

Surgiu daí a proposta de implantar essa estratégia metodológica a fim de auxiliar o trabalho do educador com classes multisseriadas brasileiras. Em agosto de 1996, em um seminário ministrado por um representante da Fundación volvamos a la gente, responsável na Colômbia pela implantação e implementação da estratégia no Brasil, a DGPN-Direção-Geral do Projeto Nordeste reuniu em Brasília todos os Secretários de Educação e diretores de ensino dos estados do Nordeste para conhecerem a estratégia e decidirem sobre sua adoção. Após o seminário, os estados da Bahia, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão e Piauí decidiram pela adoção da estratégia e, em outubro de 1996, técnicos destes estados foram capacitados na Colômbia. A partir daí, a estratégia passou a se chamar Escola Ativa.

A implantação da estratégia metodológica Escola Ativa no Brasil ocorreu no ano de 1997, com assistência técnica e financeira do Projeto Nordeste/MEC, nos estados da Região Nordeste, com exceção, de Sergipe e Alagoas, tendo como objetivo aumentar o nível de aprendizagem dos educandos, reduzir a repetência e a evasão e elevar as taxas de conclusão das séries iniciais do Ensino Fundamental nas escolas multisseriadas do Campo. No final de 1998, também, os estados de Sergipe e Alagoas decidiram implantar a estratégia. Em meados de 1999 o Projeto Nordeste chegou ao seu final, dando lugar a um novo momento, o surgimento do Programa FUNDESCOLA (Programa Fundo de Fortalecimento da Escola), o que não acarretou descontinuidade nas ações de implementação do programa Escola Ativa que já se consolidava nos estados.

A Escola Ativa, então, passou a fazer parte das ações do Programa

FUNDESCOLA. Para melhor compreensão, o processo de implantação da Escola Ativa no Brasil pode ser dividido em fases que representam o processo percorrido pelo Programa desde a sua implantação.

### **Fase I - Implantação e Testagem**

Momento de preparação, implantação e acompanhamento para conhecer a efetividade da estratégia Escola Ativa, buscando a afirmação pela qualidade da mudança em sala de aula. Período compreendido entre os anos de 1997 e 1998, em estados da Região Nordeste. O Projeto Nordeste planejou ações que incluíram a elaboração de Guias de Aprendizagem, a capacitação de técnicos e educadores e a contratação de um supervisor pedagógico para realizar supervisões nas escolas.

### **Fase II - Expansão I**

Momento de ampliar o número de escolas nos estados e nos municípios do Nordeste que solicitaram a expansão, sem perder de vista a qualidade. Também, nesta fase, a estratégia extrapolou a Região Nordeste, tendo sido implantada nas regiões Norte e Centro-Oeste, em municípios que compunham as ZAP (Zonas de Atendimento Prioritário) definidas pelo Programa FUNDESCOLA.

### **Fase III - Consolidação**

Reconhecimento da efetividade da estratégia pelos estados e municípios. Criação de rede de formadores (multiplicadores) da estratégia, dando aos estados e municípios a oportunidade de participarem das ações de formação e monitoramento mais eficazmente.

Esta fase daria início ao processo de proporcionar mais autonomia aos estados e municípios nas ações de monitoramento e formação dos profissionais de sua rede. Os supervisores contratados pelo Programa Fundescola, que antes prestavam assessoramento pedagógico mensal aos educadores em suas escolas, realizariam esta ação como demonstração. Seus esforços estariam voltados agora para o assessoramento aos técnicos estaduais e municipais, orientando-os em suas dificuldades e nas dificuldades detectadas junto aos educadores nos processos de legalização e articulação e de alinhamento da estratégia Escola Ativa com outras ações da Secretaria.

#### **Fase IV - Expansão II**

Nesta fase houve uma expansão que rompia com os limites das ZAP, oportunidade em que foram incorporados municípios denominados autônomos. A esses municípios cabiam as responsabilidades de capacitar seus educadores e dotar as escolas de estrutura e de kit pedagógico (conjunto de materiais didáticos como globo, mapas, etc.). Ao Programa FUNDESCOLA coube a distribuição dos materiais instrucionais para a formação de educadores e de Guias de Aprendizagem (livros didáticos das áreas do conhecimento elaborados para o atendimento de classes multisseriadas que implantaram a estratégia Escola Ativa) para os educandos, necessários para a implantação.

#### **Fase V - Disseminação e Monitoramento**

Estruturalmente pertencente às ações educacionais da Coordenação Geral de Fortalecimento Institucional-CGFOR/Diretoria de Programas Especiais/FNDE/MEC, a Escola Ativa contou com responsáveis pela implantação, implementação e monitoramento da estratégia nos âmbitos nacional, estadual e municipal, compondo uma grande rede junto a gestores, técnicos, educadores, educandos e pais que se apóiam e caminham juntos buscando a sustentabilidade da estratégia nos estados e municípios.

# 3 O Programa Escola Ativa – Fundamentos

No final do século XIX e início do século XX, os avanços dos movimentos sociais do campo no âmbito educacional e suas conquistas no plano das políticas públicas consolidaram um conjunto de demandas históricas de um projeto educacional que se propõe a levar em consideração uma população de cerca de 30 milhões de trabalhadores que produzem e vivem no meio rural brasileiro.

Para o Programa Escola Ativa inicia-se em 2007, um momento distinto, com sua transferência do FNDE/FUNDESCOLA para a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, ficando sua gestão a cargo da Coordenação-Geral de Educação do Campo, como parte das ações do MEC que constituem a política nacional de Educação do Campo.

Em um esforço conjunto desta coordenação, das Instituições de Ensino Superior parceiras e das Secretarias Estaduais de Educação, o Programa teve um grande crescimento no seu campo de atuação. Em 2008, extrapolou as barreiras regionais e passou a atender às cinco regiões brasileiras e, a partir da adesão ao Programa naquele ano, sua abrangência foi ampliada de cerca de 10.000 escolas para cerca de 27.000 escolas. Em 2009, houve outro grande avanço, tendo em vista que 3.106 municípios e 17 estados aderiram ao Programa. Com esta adesão, em 2010 o atendimento passou para 39.732 escolas e 1.321.833 alunos de classes multisseriadas situadas em todo território brasileiro.

O atual momento desafia o Programa a reconhecer a realidade do campo enquanto fonte de suas reflexões, e superar uma visão reducionista do campo. O campo real é um espaço onde atuam distintos interesses e projetos para o País.

É nesse espaço, que os povos do campo demandam boas escolas para seus filhos, bons educadores e uma educação que não prepare apenas

para a vida na cidade, mas que reconheça as distintas formas de existência, de manifestações da vida e de relações sociais e com a natureza, e, não apenas, para a vida na cidade.

Na contramão do modelo de desenvolvimento que subordina o campo à cidade e aprofunda as desigualdades entre os segmentos da população brasileira que residem em áreas urbanas e rurais, no que se refere ao acesso aos direitos sociais básicos, existem projetos contra-hegemônicos construídos a partir da luta e dos referenciais dos movimentos sociais do campo.

Dentre desta compreensão, a defesa de um país soberano está vinculada à construção de um projeto de desenvolvimento do campo onde a educação é uma das dimensões necessárias para a transformação da sociedade. Assim, a Educação do Campo é entendida como forma de ação político-social, em oposição à tradicional educação rural, transposição empobrecida da educação construída para as áreas urbanas. No contexto da Educação do Campo, a escola passa a ser reconhecida como espaço de reflexão da realidade dos povos do campo, de seu trabalho, suas linguagens, de suas formas de vida e, sobretudo, de um novo projeto político de desenvolvimento.

Para os movimentos sociais, tanto de luta pela terra quanto de melhores condições de vida para as populações do campo, em seus diferentes segmentos, a educação e a escolarização têm função social estratégica na afirmação de sua identidade e para a formulação de um novo projeto social de campo. É neste sentido que a SECAD/MEC vem elaborando a política de Educação do Campo.

Essa luta dos movimentos sociais, em que a educação se constituiu como uma das suas bandeiras, propiciou a construção de espaços institucionais fundamentais para a discussão e elaboração de uma Política de Educação do Campo. Entre esses espaços, encontram-se as Conferências Nacionais Por uma Educação do Campo, ocorridas em 1998 e 2004, que resultaram de um longo processo de luta dos povos organizados do campo em busca do atendimento à sua especificidade associada à produção da vida e à cultura, e defenderam o direito dos povos do campo a políticas públicas.

A discussão sobre a Política de Educação do Campo foi ampliada

com a realização entre 2004 e 2005 de 25(vinte e cinco) Seminários Estaduais de Educação do Campo pela SECAD/MEC, os quais contaram com o apoio das secretarias estaduais de educação, prefeituras municipais, movimentos sociais do campo e universidades. Tiveram como principal objetivo a divulgação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, com vistas à definição de políticas de educação específicas para estas populações. Estes momentos contaram ainda com intensa participação de educadores, sindicatos, UNDI-ME e CONSED.

Como produtos dos seminários, foram firmados compromissos que estão expressos nas “Cartas dos Estados”. Entre estes compromissos, cabe mencionar a criação de instância colegiada, na forma de comitês ou comissão de Educação do Campo, constituída no âmbito da secretaria estadual de educação e com representação de universidades e movimentos sociais, no âmbito de cada estado.

Essas instâncias, comitês ou comissões, têm como principal finalidade discutir, à luz da especificidade do campo, os problemas, as possíveis soluções e as experiências da Educação do Campo, no sentido de promover a construção de um projeto político pedagógico de Educação do Campo que articule ações em políticas públicas, como forma de concretização das orientações preconizadas nas Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo.

Para construir uma educação que considere as especificidades do campo, é necessário colocar em questão idéias e conceitos, tradicionalmente estabelecidos na sociedade e, desenvolver novos conceitos, no sentido de contribuir para reverter as desigualdades educacionais, existentes entre o campo e a cidade. Para Caldart (2002), a associação da Educação do Campo às lutas por políticas públicas e reforma agrária é o fundamento educativo de um novo projeto político de desenvolvimento. A conquista da humanização se dá na própria luta contra a desumanização. Por isso, o desafio fundamental para as escolas do campo é a educação no sentido de recuperar as condições humanas dos povos do campo.

Na busca de novas estratégias educativas capazes de promover o desenvolvimento humano integral, é preciso considerar a contribui-

ção de cada povo do campo: ribeirinhos, caiçaras, quilombolas, seringueiros, agricultores familiares e indígenas, tanto no que se refere às questões semelhantes, como, principalmente, as diferenças que apresentam entre si, devido às distintas formas de organização do trabalho, organização social e a cultura.

A Educação do Campo busca resgatar essas dimensões sóciopolíticas, envolvendo os sujeitos educativos em uma distinta forma de organização do trabalho pedagógico e do trato com o conhecimento, apontando tanto para a busca de processos participativos de ensino-aprendizagem, quanto de formas de ação social que contribuam para a transformação da realidade social.

Neste sentido, advoga princípios que sustentam tais propósitos e estabelecem coerência com esta concepção de educação: educação para a transformação social - vínculo orgânico entre processos educativos, políticos, econômicos e culturais; educação para o trabalho e a cooperação; educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana; educação voltada para valores humanistas e educação como um processo permanente de formação e transformação humana.

É dentro desta perspectiva que se insere o Programa Escola Ativa em sua reformulação. No trabalho pedagógico, os princípios acima referidos se desdobram e orientam a relação com o conhecimento ao propor que a aprendizagem ocorra por meio da ação humana e mediante a apropriação (criativa) e reelaboração de conceitos.

Os conteúdos escolares são pensados para estabelecerem a relação especificidade/universalidade e na abordagem de temas que tratam de grandes problemas que afetam a vida cotidiana. A compreensão da linguagem e do conhecimento se faz a partir de sua consideração como mediação do processo de aprendizagem e de formação da mente e a busca de relações interdisciplinares do conhecimento e conteúdos articulados com o ensino e a pesquisa pedagógica.

No que se refere à metodologia do Programa Escola Ativa, busca-se uma articulação entre teoria/prática na construção de conhecimentos. A opção do Programa é por uma metodologia problematizadora, capaz de definir o educador como condutor do estudo da realidade, por meio do percurso das seguintes etapas: 1) Levantamento de problemas da rea-

lidade; II) Problematização, em sala de aula, das questões identificadas na realidade, a partir de fundamentos filosóficos, antropológicos, sociais, políticos, psicológicos, culturais e econômicos e articulação com os conteúdos; III) Teorização (pesquisa, estudos e estabelecimento de relação com o conhecimento científico; IV) Definição de alternativas de solução em relação à problemática identificada; V) Proposição de ações de intervenção na comunidade;

No âmbito da gestão, propõe-se um envolvimento entre escola e comunidade, contextualizado em seus processos sociais e organizativos por meio do Conselho Escolar. Esta orientação é concretizada no estímulo à auto-organização dos estudantes.

Compreende-se que a formação do ser humano não é tarefa exclusiva da escola, pois é resultado de um conjunto de outras ações educativas. Ainda assim, a escola desempenha um papel de destaque na tarefa de possibilitar o acesso ao conhecimento e de ensinar a importância de pensar o campo como parte da unidade entre campo e cidade.

# 4 O Programa Escola Ativa – Finalidades

O Programa Escola Ativa foi criado para auxiliar o trabalho educativo com classes multisseriadas. Para tanto, propõe-se reconhecer e valorizar todas as formas de organização social, características do meio rural brasileiro, garantindo a igualdade de condições para acesso e permanência na escola.

Para a Educação do Campo, as experiências escolares desenvolvidas tanto por organizações sociais quanto pelas redes públicas de ensino nas diferentes regiões e realidades do nosso país devem buscar o respeito à diversidade local e a ampliação crítica em direção à cultura universal. O Programa Escola Ativa se propõe à tarefa de aprofundar e propiciar melhores condições para o desenvolvimento da escola do campo e para o fortalecimento da experiência escolar, estimulando a conquista das coletividades e o compromisso com a vida escolar, com a comunidade e com o país.

O Programa Escola Ativa se propõe a valorizar o profissional da educação escolar, através da busca de condições adequadas de formação – em caráter inicial e continuado –, remuneração, acompanhamento pedagógico, possibilidades de intercâmbio e formas de aprendizagem em serviço, estudo da diversidade e dos processos de interação e de transformação do campo. Cabe a este profissional, destacada participação no processo de ensino e de aprendizagem para além da condição de mero observador ou provocador de conflitos cognitivos. Seu papel consiste em promover situações de envolvimento e compromisso dos estudantes com o estudo e ação sobre sua realidade e com a valorização dos povos do campo.

A gestão democrática do ensino público corresponde à participação da comunidade na elaboração do projeto pedagógico da escola, na definição de prioridades e na organização de tarefas administrativas e

gestão dos recursos da própria unidade escolar, bem como ao cuidado com o patrimônio da escola. Para o Programa Escola Ativa, a gestão democrática encontra-se concretizada no elemento curricular ‘Colegiado Estudantil’ e nos outros instrumentos de participação que chamam os estudantes para assumir responsabilidades ante a escola e a comunidade, valorizando a experiência extra-escolar, as formas de trabalho e sobrevivência e relação com o meio ambiente que respondem, juntos, pela grande diversidade das populações do campo.

No Programa Escola Ativa, a valorização da experiência extra-escolar aponta para a organização interdisciplinar dos conteúdos e da relação que se busca estabelecer entre o conhecimento que os estudantes trazem de suas experiências comunitárias e dos conteúdos da aprendizagem escolar. Devido à peculiaridade do trabalho com multissérie, o Programa Escola Ativa procura apoiar o educador ao lidar com diferentes graus de desenvolvimento mental e ritmos de aprendizagens, oferecendo recursos para uma maior diversidade de atividades, com trabalhos individuais e coletivos.

No contexto da Educação do Campo, a proposta pedagógica do Programa Escola Ativa tem por objetivo propiciar condições para o trabalho com as diferenças regionais e com as populações que constituem os povos do campo, tendo como propósito contribuir para a superação da visão tradicional e preconceituosa sobre o espaço rural e seus habitantes.

O campo, hoje, tendo em vista as mudanças sócio econômicas, culturais, ambientais e tecnológicas, apresenta uma realidade essencialmente complexa. Hoje o campo não é mais sinônimo de agricultura ou de pecuária, pois atividades próprias do mundo urbano já se instalaram nesse espaço, conforme é constatado pela Câmara de Educação Básica/CNE:<sup>1</sup>

*O campo hoje não é sinônimo de agricultura ou de pecuária. Há traço do mundo urbano que passam a ser incorporado no modo de vida rural assim como há traços do mundo camponês que resgatam valores sufocados pelo tipo de urbanização vigente. Assim sendo, a inteligência sobre o campo é também a inteligência sobre o modo de produzir as condições de existência em nosso país.*

1 - Conselho Nacional de Educação/Câmara da Educação Básica. Parecer 36/2001.

Quanto à organização do Ensino, o Programa Escola Ativa, atuando nas séries iniciais do Ensino Fundamental, alia aos princípios norteadores da Educação do Campo, os princípios desse nível de ensino:

- o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meio básico o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- Conselho Nacional de Educação/Câmara da Educação Básica. Parecer 36/2001.
- O fortalecimento dos vínculos da família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social;

O Programa Escola Ativa foi reformulado no sentido de atender às exigências do Ensino Fundamental de nove anos, que resulta da compreensão de que o desenvolvimento integral da criança se beneficia mais dos estímulos, quanto mais cedo estes forem apresentados para ela pela escola. Desta forma atende ao que é estabelecido na Lei 11.274/2006, que acrescenta 1 ano ao Ensino Fundamental ao antecipar para a idade de 6 anos o ingresso do educando nesta etapa do ensino.

É importante destacar, a necessidade de formação continuada do(a) educador(a) para atuar nas classes multisseriadas, devendo esta contar com a participação da comunidade. Estas contribuições auxiliam a ação pedagógica do educador com estratégias e vivências que favorecem a aprendizagem.

# 5 Aspectos Legais

A legislação educacional brasileira apresenta uma ampla base legal para a instituição de políticas diferenciadas para o atendimento escolar das pessoas que vivem no campo. Neste sentido, importa considerar a referência expressa na legislação sobre a possibilidade de adoção de diferentes formas de organização escolar. Neste sentido, as classes multisseriadas, forma mais característica da oferta de ensino no meio rural brasileiro, são amplamente respaldadas no que definem tanto a legislação educacional quanto as normas publicadas pelo Conselho Nacional de Educação no que se refere à Educação do Campo.

Importa considerar que a organização multisseriada para a qual se destina o Programa Escola Ativa passa a ser vista, dentro da política de educação específica para os povos do campo, não apenas como organização possível, dada a baixa densidade demográfica das áreas rurais que dificulta a organização com separação etária e seriada rígida, mas como uma forma desejável de convivência entre educandos e educandas com diferentes etapas de aprendizagem escolar para a formação do contexto necessário às atividades de aprendizagem escolar.

No entanto, é preciso enfatizar a necessidade não apenas de formação adequada para o educador, mas de condições de acompanhamento pedagógico por parte dos sistemas de ensino às escolas que adotam a organização multisseriada, bem como, a adoção de material didático-pedagógico específico e elaboração de um projeto pedagógico que contemple a complexidade implicada nesta forma de organização escolar. São estes os elementos de que se constitui, dito de forma simplificada, o Programa Escola Ativa.

No que diz respeito às determinações legais sobre educação pública, cabe, em primeiro lugar, referência à definição das responsabilidades do poder público no que diz respeito à organização dos sistemas de

ensino e ao regime de colaboração entre os entes federados. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei 9.394/1996 estabelece, em seu artigo 9º, inciso III, que:

*“A União incumbir-se-á de prestar assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória, exercendo sua função redistributiva e supletiva.”*

Quanto ao regime de colaboração, a organização da educação nacional, dada pelo Título IV da LDB, em seu artigo 8º, define que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino.

Dada a flexibilidade que permite nas formas de organização escolar, tão importantes para a Educação do Campo, também, se encontra na LDB, no seu o artigo 23: “A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar”.

Ainda de acordo com a LDB, as especificidades do atendimento escolar no campo são referenciadas em seu artigo 28, segundo o qual para a oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente no que se refere a: I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos educandos da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas e III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Na normatização da oferta de ensino no campo, há ainda que ser considerado o que estabelece a Resolução CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002, que institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Este documento define em seu artigo 2º a identidade da escola do campo, conforme segue.

*“A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país.”*

Para efeito de adoção de propostas pedagógicas diferenciadas, em cumprimento ao que postula a Educação do Campo, isto é, no atendimento educacional diferenciado às suas populações, as Diretrizes Operacionais estabelecem em seu artigo 5º que “as propostas pedagógicas das escolas do campo, respeitadas as diferenças e o direito à igualdade e cumprindo imediata e plenamente o estabelecido nos artigos 23, 26 e 28 da Lei 9.394, de 1996, contemplarão a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia”.

É conferida especial atenção a propostas pedagógicas capazes de valorizar a diversidade cultural e os processos de interação e transformação do campo, bem como os avanços científicos e tecnológicos em sua organização do ensino. Todas estas questões são relacionadas a partir de princípios éticos de solidariedade e colaboração que norteiam a convivência em sociedades democráticas. Estas questões estão relacionadas no artigo 13 das Diretrizes, em seu inciso II.

Importante aspecto da vivência do educando e da organização da aprendizagem, a avaliação do rendimento escolar se faz a partir do que define a LDB. Desta forma, para avaliação do rendimento do educando, a verificação se fará pela observância dos critérios que se seguem, definidos pelo art. 24 da Lei:

- a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do educando, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais;
- b) possibilidade de aceleração de estudos para educandos com atraso escolar;
- c) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;

- d) aproveitamento de estudos concluídos com êxito;
- e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos.

Ainda um importante documento a ser considerado na construção de uma política de Educação do Campo em cumprimento aos direitos de seus sujeitos, é a Resolução nº 2, de 28 de abril 2008 que estabelece Diretrizes Complementares, Normas e Princípios para o Desenvolvimento de Políticas Públicas de Atendimento da Educação Básica do Campo.

Este documento traz indicações precisas e minuciosas em relação à organização da oferta de ensino para as diferentes etapas da educação básica no campo. Assim, com relação ao atendimento escolar na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, as Diretrizes Complementares indicam, em seu artigo 3º, que a Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental serão sempre oferecidos nas próprias comunidades rurais, evitando-se os processos de nucleação de escolas e de deslocamento das crianças.

De acordo com o parágrafo primeiro do mesmo artigo, os cinco anos iniciais do Ensino Fundamental, excepcionalmente, poderão ser oferecidos em escolas nucleadas, com deslocamento intracampo dos educandos, cabendo aos sistemas estaduais e municipais estabelecer o tempo máximo dos educandos em deslocamento a partir de suas realidades.

Como forma de promover a expansão da oferta de educação infantil no campo, de modo a atender os direitos estabelecidos na legislação educacional, as Diretrizes Complementares, no parágrafo segundo do artigo terceiro, afirmam que “em nenhuma hipótese serão agrupadas em uma mesma turma crianças de Educação Infantil com crianças do Ensino Fundamental”.

Ainda um importante aspecto da educação oferecida no campo, a nucleação de escolas para oferta dos anos iniciais do EF, o artigo 4º das Diretrizes Complementares se pronuncia com a definição que segue.

“Quando os anos iniciais do Ensino Fundamental não puderem ser oferecidos nas próprias comunidades das crianças, a nucleação rural levará em conta a participação das comunidades interessadas na definição do local, bem como as possibilidades de percurso a pé pelos educandos na menor distância a ser percorrida”.

A adoção do transporte escolar, quando se fizer necessária, deverá considerar o menor tempo possível no percurso entre a residência do educando e a escola, com especial atenção às condições de segurança dos educandos. Esta determinação, consta ainda, no artigo 4º das Diretrizes Complementares.

Cabe, por fim, referência às classes multisseriadas, forma de organização específica do atendimento do Programa Escola Ativa. Como forma de assegurar a qualidade da educação ministrada em classes organizadas sob a forma de multisseriação, as Diretrizes Complementares em seu artigo 10, parágrafo segundo, definem que “as escolas multisseriadas, para atingirem o padrão de qualidade definido em nível nacional, necessitam de educadores com formação pedagógica, inicial e continuada, instalações físicas e equipamentos adequados, materiais didáticos apropriados e supervisão pedagógica permanente”.

# 6 Elementos Estruturantes da Metodologia do Programa Escola Ativa

Para auxiliar o trabalho do educador em sala de aula o Programa Escola Ativa propõe estratégias que, relacionadas entre si por meio de atividades práticas, dão vida ao currículo. Uma das principais estratégias refere-se a forma de organização do trabalho pedagógico.

O Programa propõe formas alternativas de organização e funcionamento de turmas multisseriadas, dada a compreensão de que não se pode trabalhar com a multissérie dando a ela o mesmo tratamento de uma turma seriada. Para atender às necessidades das classes multisseriadas, o Programa Escola Ativa propõe:

- Que mesmo que os estudantes sejam organizados por série para melhor circulação de informações entre eles, é necessário que se trabalhe alternadamente com grupos envolvendo todas as séries, de forma que as crianças possam exercitar diferentes possibilidades de cooperação, comparação e troca de experiências e conhecimentos. A presença de uma criança mais experiente em contato com crianças menores pode se tornar fonte de aprendizagem.
- Que em cada grupo haja um monitor, escolhido pelos estudantes, que auxiliará o educador quando este estiver em outro grupo, coordenando o desenvolvimento das atividades.
- Que o educador ressignifique sua prática pedagógica, deixando a prática centrada basicamente em aulas expositivas e no quadro de giz, para coordenar, orientar, expor, propor, dirigir e acompanhar as atividades dos estudantes nos próprios grupos. As intervenções do educador, realizadas em tempo hábil, observarão as necessidades dos educandos e levarão em consideração os diferentes ritmos de aprendizagem.

- Que o educador estimule os estudantes para o desenvolvimento da responsabilidade e autonomia. É seu papel, mesmo assim, observar de perto o caminho seguido por cada estudante, estimulá-lo a dar passos e auxiliá-lo na busca de respostas ou a solucionar problemas com seu próprio grupo. O desenvolvimento da autonomia ocorre tanto na realização de tarefas individuais quanto coletivas, pois nos dois casos é necessário que o estudante assuma a responsabilidade de planejar, desenvolver e executar tarefas.
- Que estudantes e educador articulem todos os elementos da metodologia (Cadernos de Ensino-Aprendizagem, Colegiado Estudantil, Cantinhos de Aprendizagem e Comunidade) a fim de viabilizar o desenvolvimento das atividades de forma mais significativa. Esta articulação deverá ser garantida a partir do planejamento diário das atividades de cada série.

Além desta, outras estratégias são implementadas pelas escolas que adotam o Programa Escola Ativa, como os elementos curriculares que se seguem:

### **I Cadernos de Ensino-Aprendizagem**

São livros específicos por disciplinas (português, matemática, história, geografia, ciências e alfabetização), desenvolvidos para utilização nas classes multisseriadas. Estão elaborados de forma que o estudante possa desenvolver parte de suas atividades em sala de aula e outra em casa ou na comunidade, seguindo as orientações do próprio caderno, de modo que este desenvolva, gradativamente, sua autonomia. Isto permite ao estudante realizar um conjunto de atividades escolares sem o acompanhamento direto do educador, podendo avançar em seus estudos, através do trabalho individual e coletivo, sem que a importância atribuída ao trabalho do educador seja minimizada.

O livro do estudante auxilia, principalmente, o trabalho simultâneo do educador com as várias séries. Seu papel é sempre o de introduzir novos conteúdos, estabelecendo relações com o que a criança já sabe. O educador deve ampliar as atividades escolares de ensino-aprendizagem para além do livro do estudante. Considerando que a própria

realidade é uma totalidade com múltiplas relações, é nela que se encontra a interdisciplinaridade à disposição do trabalho escolar.

É necessário esclarecer que não se pretende que o livro do estudante se restrinja às atribuições de livro didático, mas que se constitua em uma orientação para se trabalhar os conteúdos no processo ensino-aprendizagem, que pode ser complementado e até modificado pela dinâmica da sala de aula sob a coordenação do educador.

### **Estrutura dos Cadernos de Ensino-Aprendizagem**

Os Cadernos possuem uma estrutura diferenciada que busca facilitar a aprendizagem do educando de forma dinâmica, atrativa e cooperativa. É seu objetivo integrar os conteúdos e remeter à pesquisa pedagógica e à discussão problematizadora. Os Cadernos propiciam condições para o trabalho com distintos momentos e ritmos do processo de aprendizagem. Mesmo estando inseridos em um grupo de trabalho, os educandos avançam no estudo, de acordo com as aprendizagens construídas. Dentro desta organização do trabalho escolar, se houver a necessidade de afastamento da escola por algum período justificável (saúde, atividades familiares, clima etc) não há prejuízo no programa de atividades do educando que pode retomar seus estudos a partir do ponto em que foram interrompidos.

Em sua estrutura, os Cadernos de Ensino-Aprendizagem possuem: Atividades Básicas (A), Atividades Práticas (B) e Atividades de Aplicação e Compromisso (C). São atividades sequenciais que favorecem a pesquisa e a problematização, possibilitam a construção do conhecimento no coletivo e individualmente, estimulam a cooperação, o diálogo, a reflexão e o compartilhamento de idéias. As atividades a, b e c, em seu conjunto, compõem um módulo. Os módulos, por sua vez, compõem as unidades. O Caderno de Ensino-Aprendizagem constitui-se de um conjunto de unidades.

**Atividades  
A, B e C**

**Módulo**

**Unidade**

**Caderno de  
Aprendizagem**

Detalhando as atividades integrantes de cada módulo temos:

### **Atividade Básica**

Esta seção dos Cadernos de Ensino-Aprendizagem tem por objetivo explorar os conhecimentos prévios, convidando o educando à aquisição de novos conhecimentos. São abordadas situações reais, da vivência do educando, que, a partir de provocações, estímulos, análise, observações, reflexões e interação com outros educandos, com o educador e com o próprio texto, conduz a novas aprendizagens. Quer dizer, novos conhecimentos surgirão como resultado de um processo de ampliação, diversificação e aprofundamento do conhecimento anterior.

### **Atividade Prática**

É o momento de propiciar maior aprofundamento dos conteúdos em estudo. É a circunstância em que o educador pode observar se as idéias do educando vão tomando corpo, tornando-se mais sistematizadas. Esta seção dos Cadernos de Ensino-Aprendizagem permite ao educando relacionar a teoria à prática, confrontar saberes, construir e reconstruir aprendizagens. Aqui o educando exercita os novos conhecimentos e formula conceitos importantes para sua formação.

### **Atividade de Aplicação e Compromisso**

Possibilita ao estudante o uso do conhecimento construído no ambiente escolar em uma situação real, com seus colegas, com sua família ou na comunidade. Nela se verifica se o aprendizado está relacionado à vivência do educando.

As seções A, B, C objetivam articular conhecimentos já consolidados pela criança e os processos mentais já estabelecidos, desafiando-o e estimulando-o a construir estágios mais elevados de raciocínio na relação com outros (estudantes, educador, cantinhos de aprendizagem, comunidade) colocando em movimento vários processos de desenvolvimento que sem este contexto seria impossível ocorrer.

## **II Cantinhos de Aprendizagem: Espaço Interdisciplinar de Pesquisa**

São espaços nos quais serão reunidos materiais de pesquisa que se constituem em subsídio para as aulas ao criar oportunidades e situações para experimentação, comparação e socialização de conhecimento. Devem ser construídos pelos estudantes, educadores e comunidade, utilizando-se do acervo de livros, plantas, informações sobre animais, objetos sócio-culturais relacionados à cultura local e às áreas de conhecimento. O educador pode, por meio dos Espaços de Pesquisa, buscar as conexões entre a história local e a geral, percorrendo os espaços geográficos e territoriais, as diferentes formas de literatura, as artes, a matemática etc., que fazem parte de todo o ambiente

que envolve a criança e no qual ela se desenvolve.

Portanto, recomenda-se que os Espaços de Pesquisa devem ser utilizados e montados, preferencialmente, de forma interdisciplinar. Devem ser sempre introduzidos novos textos, materiais didáticos e resultados de pesquisas, realizadas pela escola e a comunidade. Poderá, inclusive, haver um comitê responsável por cuidar, preservar e criar situações de renovação deste espaço.

## **III Colegiado Estudantil**

O Colegiado Estudantil constitui-se de um coletivo de representantes dos comitês, proposto pelo Programa Escola Ativa, como forma de fortalecer a gestão democrática e a participação dos estudantes e da comunidade. Sua função é estimular a auto-organização dos estudantes, a tomada de decisões coletivas, a cogestão. O Colegiado Estudantil terá sua representação no Conselho Escolar, conforme estrutura prevista na LDB/96, que reúne, também, educadores e comunidade. A experiência demonstra que esta participação contribui para que os estudantes compreendam as diversas formas existentes de compromisso com a sociedade, os mecanismos de participação e gestão, além de favorecer a aprendizagem cooperativa. O Colegiado deve constituir-se em um espaço de formação política e de aprendizagem do compromisso da escola com a comunidade.

#### **IV Escola e Comunidade**

A escola deve procurar aprofundar sua inserção na comunidade da qual faz parte por meio de atividades curriculares relacionadas à vida diária, ao ambiente natural e social, à vida política e cultural e às condições materiais dos educandos e da comunidade. Neste sentido, o Programa Escola Ativa inclui este elemento de modo a estimular uma maior interação entre a escola e a comunidade.

Ao adotar uma organização diferenciada do trabalho pedagógico, em que os anos iniciais do Ensino Fundamental formam uma etapa menos fragmentada, busca-se apontar para uma matriz formadora e uma compreensão mais ampliada, integral e multidisciplinar deste período do desenvolvimento. Busca-se, desta forma, compreender a infância como constituída de diferentes estágios de desenvolvimento e não como seqüência de séries escolares.

# 7 Objetivos do Programa Escola Ativa

## 7.1 Geral

Melhorar a qualidade do desempenho escolar em classes multisseriadas do campo.

## 7.2 Específicos

- a) Apoiar os sistemas estaduais e municipais de ensino na melhoria da educação nas escolas do campo com classes multisseriadas, disponibilizando diversos recursos pedagógicos e de gestão;
- b) Fortalecer o desenvolvimento de propostas pedagógicas e metodologias adequadas a classes multisseriadas;
- c) Realizar formação continuada para os educadores envolvidos no Programa com base em princípios políticos-pedagógicos voltadas às especificidades e propostas pedagógicas do campo;
- d) Disponibilizar e publicar materiais pedagógicos que sejam apropriados para o desenvolvimento da proposta pedagógica do Programa.

# 8 Metas Físicas do Programa Escola Ativa 2007-2010

Atender às escolas de todos os municípios e estados que aderiram ao Programa Escola Ativa no Plano de Ação Articulada (PAR) ou que esteja incluído nos Territórios da Cidadania.

# 9 Público

Educadoras/es, educanda/os, e comunidade de escolas do campo, com classes multisseriadas e equipes técnicas das secretarias municipais e estaduais de educação, envolvidos com as classes multisseriadas.

# 10 Formação Continuada

A formação continuada dos educadores será de responsabilidade compartilhada entre os entes federados, com as atribuições definidas da forma como se segue.

Caberá à União articular o conjunto de Universidades que desenvolvem programas de formação de educadores para as escolas do campo, repassando para estas os recursos necessários à realização de cursos de aperfeiçoamento com Carga Horária de 240 horas, para um técnico a cada 25 escolas de cada secretaria municipal ou estadual que aderir ao Programa. É, ainda, de responsabilidade da União, proporcionar a formação de dois professores das Instituições Públicas de Ensino Superior - IPES que assumirem a responsabilidade pela coordenação das formações, nos estados, e de dois técnicos das secretarias estaduais de educação de todos os estados brasileiros e do distrito federal, bem como, construir um sistema nacional de monitoramento do Programa Escola Ativa, com o objetivo de obter dados para avaliação de resultados, redimensionamento das metas e realização das mudanças necessárias na estrutura e na proposta pedagógica do Programa.

Aos Estados, cabe o planejamento das formações em conjunto com as universidades, a mobilização dos municípios visando garantir a participação dos técnicos na formação e o monitoramento da execução do Programa, tanto na esfera estadual quanto municipal.

O Município, por sua vez, deverá organizar e manter os microcentros, garantindo a formação continuada dos educadores, garantir o deslocamento e presença dos técnicos nas atividades de formação e criar formas de acompanhamento, monitoramento e avaliação do Programa no âmbito local.

Durante a implantação do Programa, período em que ocorre a formação de técnicos estaduais e municipais e educadores das escolas, o MEC assegurará o pagamento de bolsas aos profissionais dos estados e municípios diretamente responsáveis pela formação. O valor da bolsa que cabe a cada um dos bolsistas, bem como, suas atribuições, são definidas pelo MEC em resolução específica.

Além da equipe da Coordenação Geral de Educação do Campo/SECAD/MEC, em cada estado é constituída uma equipe que assume a responsabilidade pela formação de coordenadores e educadores no Programa Escola Ativa. Esta equipe é formada por dois professores da IPES selecionada para realizar as formações (professores-pesquisadores), dois técnicos das secretarias estaduais de educação (supervisores de curso) e um técnico das redes estaduais e municipais para cada vinte e cinco escolas da rede, inseridas no Programa, (professores-multiplicadores). Esta é a equipe apta a receber bolsa durante a fase implantação do Programa, desde que atenda ao que estabelece a legislação própria que trata sobre o assunto.

Para assumir a formação dos professores-multiplicadores, será selecionado pela IPES, a cada módulo de formação, um professor-formador para cada turma de até 50 cursistas, que se responsabilizará pela condução de todo o módulo. Além do professor-formador, a IPES poderá convidar palestrantes que atuarão de forma voluntária ou remunerada, desde que este recurso esteja previsto no Projeto elaborado pela Instituição e enviado ao MEC.

### **10.1 Estrutura do Curso de formação do Programa Escola Ativa**

O curso de formação dos Professores-multiplicadores e dos Educadores ocorre em cada estado e no DF sob a responsabilidade de uma IPES, sendo observadas as seguintes orientações:

- 1 Carga Horária de 240 horas, dividido em 6 módulos de 40 horas;
- 2 Planejamento da formação de cada módulo, antes do início dos mesmos;
- 3 Apresentação, ao final de cada módulo, pelos cursistas, de uma proposta da formação a ser desenvolvida com os educadores da rede, no módulo;

- 4 Realização da formação dos educadores, imediatamente após a formação dos professores-multiplicadores, em cada módulo;
- 5 Apresentação, por parte do professor-multiplicador, a partir do 2º módulo, do relatório da formação dos educadores das escolas inseridas no Programa;
- 6 Em cada módulo de formação, deve ser garantido o estudo dos conteúdos definidos para o módulo.

## **Curso de Formação do Programa Escola Ativa**

### **Módulo - Carga Horária - Conteúdos**

**Módulo 1** Metodologia do Programa Escola Ativa (40h) – Conteúdos: Concepções e conceitos em Educação do Campo; Classes multisseriadas; Organização do Trabalho Pedagógico; O currículo e o cotidiano da sala de aula-estratégias do Programa Escola Ativa: Cadernos de Ensino-Aprendizagem, Cantinhos de Aprendizagem – Espaço interdisciplinar de pesquisa, Colegiado Estudantil, Escola e Comunidade; Planejamento; Avaliação, Gestão: acompanhamento e formação de professores nos microcentros. Elaboração de proposta para a formação dos Educadores no módulo.

**Módulo 2** Alfabetização e Letramento (40h) – Conteúdos: Concepções de desenvolvimento e aprendizagem que subsidiam a Educação do Campo (Psicologia histórico-cultural; Wallon). Ensino fundamental de 9 anos e suas implicações para classes multisseriadas; Principais teorias de alfabetização e seus respectivos métodos; Letramento e alfabetização; Aspectos psicolinguísticos da alfabetização (desenvolvimento da escrita); Agrupamentos Significativos; Estratégias de Leitura e de Produção de Textos; Os diferentes gêneros textuais no processo de alfabetização; A leitura do professor e a leitura do aluno; Apresentação, pelos cursistas, do relatório da formação dos Educadores no 1º módulo; Elaboração de proposta para a formação dos Educadores no módulo.

**Módulo 3** Introdução à Educação do Campo (40h) – Conteúdos: Concepções e conceitos em Educação do Campo; Educação do Campo; Desenvolvimento Sustentável; Trabalho e Educação; Características sociais, políticas e econômicas do Campo Brasileiro; Heterogeneidade e características sociais, políticas, econômicas e culturais das populações do Campo; Educação do Campo, como direito humano, no contexto da política de desenvolvimento com igualdade social; Movimentos Sociais do Campo; História e lutas pela educação do Campo (Encontros e Conferências do Campo); Políticas educacionais para o campo (Diretrizes e programas em andamento); Apresentação, pelos cursistas, do relatório da formação dos Educadores no 2º módulo; Elaboração de proposta para a formação dos Educadores no módulo.

**Módulo 4** Práticas Pedagógicas em Educação do Campo (40h) – Conteúdos: Fundamentos e princípios da Educação do Campo: Trabalho como princípio educativo, Pesquisa como princípio formativo, Escola formadora do ser humano articulado com um Projeto de Emancipação humana; Organização do trabalho pedagógico: práticas pedagógicas em sala de aula e na comunidade; Estrutura pedagógica dos cadernos de ensino e aprendizagem; Cantinhos de Aprendizagens e o uso de diferentes materiais didáticos; Interdisciplinaridade; Planejamento e avaliação; Apresentação, pelos cursistas, do relatório da formação dos Educadores no 3º módulo; Elaboração de proposta para a formação dos Educadores no módulo.

**Módulo 5** Gestão Educacional no Campo(40h) – Conteúdos: Organização da Educação Nacional; Competências e responsabilidades dos entes federados em relação a Educação do Campo; Conselhos de Educação no âmbito dos Sistemas de Ensino; Políticas de Educação do Campo (Diretrizes e Programas em andamento); Gestão educacional: Financiamento e gestão orçamentária da educação do campo; Gestão de recursos materiais (relação da infra-estrutura escolar e condições de funcionamento das escolas para a qualidade do ensino); Gestão democrática;

Gestão pedagógica da educação escolar no campo; Gestão de pessoas nos sistemas de Ensino e nas Escolas do Campo: formação e valorização dos profissionais da Educação na LDB e nas diretrizes e metas do PNE; Aspectos Legais do Programa Escola Ativa – Projeto Político Pedagógico e Regimento Escolar; Apresentação, pelos cursistas, do relatório da formação dos Educadores no 4º módulo; Elaboração de proposta de trabalho para a formação dos Educadores no módulo.

**Módulo 6** A Tecnologia na Educação do Campo(40h) – Conteúdos: O Proinfo Escola @tiva; O Campo e a Tecnologia; Tecnologias na Educação; O Uso das Tecnologias nas Escolas Ativas; O Ensino e a Aprendizagem com tecnologias na Escola Ativa; Apresentação, pelos cursistas, do relatório da formação dos Educadores no 5º módulo; Elaboração de proposta de trabalho para a formação dos Educadores no módulo

**Carga horária total 240h**

# 11 Microcentros

O Microcentro é uma das estratégias do Programa Escola Ativa que proporciona a troca de experiências entre educadores que desenvolvem o programa e entre estes e outros profissionais. É uma oportunidade para os educadores organizarem e construir novos conhecimentos, bem como, discutirem dificuldades em relação ao processo ensino-aprendizagem e à metodologia adotada.

Constitui um espaço para teorização, estudos, reflexões, construção e apropriação de novos conhecimentos, trocas de experiências e vivências, desencadeando um processo de avaliação e auto-avaliação.

Cada município organizará os microcentros, mensalmente, reunindo os educadores de sua rede, podendo, também, haver parcerias entre municípios oportunizando um intercâmbio de saberes mais amplo entre os educadores.

A organização de um microcentro deve:

- pressupor a escolha de um tema para estudo que seja de interesse e escolhido após identificação de uma necessidade pedagógica, se não de todos, pelo menos da maioria dos educadores;
- definir da estratégia metodológica a ser utilizada que possibilite a participação de todos os envolvidos e sua interação;
- garantir as condições para a efetividade dos objetivos do planejamento claramente traçados;
- considerar a organização do espaço, dos recursos humanos e materiais;
- assegurar que, caso haja palestrante, suas concepções sejam coerentes com as concepções da Educação do Campo e do Programa Escola Ativa;
- oportunizar momentos de socialização das experiências da prática docente e de busca conjunta de soluções para as dificuldades detectadas;
- prever momento de avaliação com o grupo de educadores quanto ao aproveitamento do encontro;

# 12 Material Didático e Pedagógico

## Coleção de livros didáticos

### Educando:

- Alfabetização e Letramento 1º ao 3º ano
- Língua Portuguesa 4º e 5º ano
- Matemática 1º ao 5º ano
- História 1º ao 5º ano
- Geografia 1º ao 5º ano
- Ciências Naturais 1º ao 5º ano

### Educador:

- Caderno de Orientações Pedagógicas para a Formação de Educadores do Programa Escola Ativa.
- Caderno de Orientações Didático Pedagógicas de Alfabetização e Letramento para cada um dos três anos iniciais (1º ao 3º ano).
- Caderno de Orientação Didático Pedagógica de Língua Portuguesa para o 4º e 5º ano.
- Caderno de Orientações Didático Pedagógicas de Matemática do 1º ao 5º ano.
- Caderno de Orientações Didático Pedagógicas de História do 1º ao 5º ano.
- Caderno de Orientações Didático Pedagógicas de Geografia do 1º ao 5º ano.
- Caderno de Orientações Didático Pedagógicas de Ciências Naturais do 1º ao 5º ano.

Em 2009, foram distribuídos Cadernos de Ensino e Aprendizagem do 1º ano, de todas as disciplinas, para os educandos de 6 anos de idade, Caderno de Orientações Pedagógicas para a Formação de Educadores e o Projeto Base do Programa Escola Ativa, elaborados conforme os fundamentos, princípios e concepções da educação do campo. Para as demais séries os educandos receberam os atuais cadernos do Programa. Em 2010 todos os educandos (1º ao 5º ano) receberão os Cadernos de Ensino e Aprendizagem reformulados na perspectiva da Educação do Campo.

### **Kit pedagógico:**

Será disponibilizado pelo Ministério da Educação - MEC um kit pedagógico para todas as escolas que adotarem o Programa, sendo um kit para cada prédio, no caso da existência de anexos.

### **O Kit pedagógico é composto, atualmente, pelos seguintes materiais:**

**Kit 1** - 1(um) Globo terrestre; 1 (uma) Bússola; 1 (um) Esqueleto humano (45cm); 1 (um) Kit com régua, esquadro, compasso e transferidor.

**Kit 2** - 2 (dois) Alfabeto móvel cursivo; 2 (dois) Alfabeto móvel Script; 1 (um) Jogo memória de sílaba;

**Kit 3** - 1 (um) Ábaco vertical aberto; 1 (um) Material pedagógico dourado; 1 (um) Tangran; 1 (um) Jogo de números com pinos emborrachados; 1 (um) Jogo alfa-numérico; 1 (uma) Escala Cuisenaire; 1 (um) Jogo pedagógico bloco lógico; 1 (um) Jogo de Xadrez.

# 13 Estrutura Operacional do Programa

## 13.1 Gestão

A gestão do programa será feita no âmbito nacional pelo Ministério da Educação por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, tendo como responsável pela execução direta a Diretoria de Educação para Diversidade/Coordenação Geral de Educação do Campo, cabendo-lhe:

- coordenar e monitorar a implantação do Programa em âmbito nacional;
- Garantir a formação dos professores pesquisadores das IPES e supervisores de curso das SEDUCs no Programa Escola Ativa;
- garantir os recursos financeiros para a formação dos professores-multiplicadores e para o pagamento das bolsas durante o período de implantação do Programa;
- Fornecer os Cadernos de Ensino -Aprendizagem e kits Pedagógicos necessários para as atividades escolares do Programa Escola Ativa;
- Organizar e manter um sistema de gestão do Programa, em parceria com os estados e os municípios.

No âmbito de cada estado, uma Instituição Pública de Ensino Superior participará da gestão do programa, assumindo as seguintes atribuições:

- oferecer e coordenar a formação dos professores multiplicadores e orientar os professores-formadores para atuarem nos momentos presenciais com os cursistas e para realizarem o acompanhamento das turmas a distância;

- construir e manter atualizado um banco de dados com informações sobre os professores-formadores e professores-multiplificadores;
- acompanhar e monitorar a frequência dos professores-multiplificadores nos cursos de formação;
- realizar o acompanhamento técnico-pedagógico dos cursos de formação e manter atualizado o sistema de monitoramento e avaliação do Programa;
- elaborar e encaminhar à SECAD/MEC os relatórios sobre os cursos de formação.

As Secretarias Estaduais de Educação, cumprindo o dispositivo legal que trata do regime de colaboração, também, contribuirão com a gestão do programa, cabendo-lhes:

- constituir e manter uma equipe coordenadora estadual;
- articular a operacionalização do programa nos municípios;
- coordenar e acompanhar as atividades no âmbito do estado;
- planejar e acompanhar a formação dos/as professores-multiplificadores/as junto com as IPES;
- acompanhar, nos municípios de sua área de abrangência, a formação dos/as educadores/as;
- realizar o acompanhamento e o monitoramento nos municípios que aderiram ao Programa Escola Ativa no Estado, bem como manter atualizado o sistema de Monitoramento e Avaliação.

Caso a Secretaria Estadual de Educação não aceite participar da coordenação e acompanhamento do Programa, a coordenação estadual deste ficará a cargo de uma Comissão Estadual, constituída por representantes dos municípios e universidades, sendo que a coordenação desta comissão deve ficar preferencialmente a cargo da UNDIME Estadual.

A execução do Programa estará sob a responsabilidade das redes de ensino que mantenham escolas com classes multisseriadas, as quais deverão se articular com instituições de ensino superior públicas e organizações da sociedade civil sem fins lucrativos que atuem com

Educação do Campo e tenham experiência na realização de projetos de Educação do Campo.

Os Estados e Municípios que possuem classes multisseriadas e que fizerem adesão ao programa se comprometerão a:

- Indicar um coordenador para cada 25 escolas, no âmbito da Secretaria Estadual ou Municipal de Educação, para tratar dos assuntos afetos ao Programa, devendo este ser preferencialmente do quadro efetivo;
- Assessorar técnica e pedagogicamente os educadores das escolas em que for implantado o Programa Escola Ativa. O assessoramento técnico e pedagógico aos educadores se fará por meio de atividades como visitas técnicas às escolas, reuniões e atividades de formação em serviço;
- Garantir a formação continuada e em serviço das equipes escolares na metodologia do Programa;
- Organizar e implementar os microcentros;
- assegurar o padrão mínimo de funcionamento das unidades escolares com vistas à garantia de um ambiente adequado às atividades educacionais;
- disponibilizar material didático necessário e suficiente para o desenvolvimento das atividades pedagógicas;
- Reproduzir e distribuir em tempo hábil as Fichas de Acompanhamento e Progresso para registro dos resultados da avaliação do Aluno.
- Assegurar o padrão mínimo de funcionamento das unidades escolares com vistas à garantia de um ambiente adequado às atividades educacionais;
- Viabilizar as condições necessárias de acesso da equipe técnica e formadora as escolas e as atividades nos microcentros.

O Comitê Estadual de Educação do Campo fará o controle social do Programa Escola Ativa.

Estados e Municípios farão a adesão através do PAR (Plano de Ações Articuladas), no SIMEC, no endereço eletrônico:

**<http://simec.mec.gov.br>**

## 13.2 Monitoramento e Avaliação

O Ministério da Educação desenvolverá um sistema de monitoramento e avaliação com o objetivo de acompanhar a implementação do programa com vistas a ajustes e correções imediatas. Para tal, o monitoramento acontecerá em 3 níveis: via sistema informatizado, via PAR e através da equipe da CGEC, devendo acompanhar a implantação e a operacionalização do Programa desde o início dos cursos de formação e subsidiar o trabalho pedagógico realizado nas escolas, apoiando escolas e secretarias para uma ação mais efetiva.

Através do monitoramento e da avaliação serão identificados processos e resultados, realizadas comparações dos dados levantados quanto ao desempenho de alunos, professores e instituições escolares e propostos ajustes ao Programa. Desta forma, o monitoramento e a avaliação terão por objetivo apreender o Programa desde a sua formulação, estendendo-se à sua implementação, execução e aos resultados e impactos produzidos de modo a fortalecer o Programa e as instituições que o desenvolvem.





DE  
ATIVA  
PROGRAMA ESCOLAR

Ministério da Educação

38 6 1

F

W  
a